

PORTUGUESES EM SÃO PAULO. REGISTROS E INGRESSOS (1912): HOSPEDARIA DO IMIGRANTE – LISTAS DE BORDO E LIVROS DE REGISTRO

*Maria Izilda Santos de Matos
Sênia Bastos*

Esta investigação busca analisar algumas questões sobre a imigração portuguesa em São Paulo, tendo como base documental as Listas Gerais de Passageiros e os Livros da Hospedaria dos Imigrantes. Reconhecendo o potencial de tal documentação, para o presente desafio foi selecionado o ano de 1912. Através de extensa pesquisa que envolveu um total de 16 781 ingressos, possibilitou vislumbrar o movimento de entradas no porto de Santos. Pela análise desta amostragem percebe-se os fluxos de embarcações no porto ao longo do ano, os locais e portos de embarque em Portugal, as pessoas que vinham em família ou desacompanhadas, o número de homens e mulheres, estado civil, diferentes faixas etárias, locais para onde se dirigiam na cidade e no estado de São Paulo, entre outras informações.

IMIGRANTES PARA SÃO PAULO: AÇÕES E SUBVENÇÕES

A política de subvenção da imigração para São Paulo foi gradativamente ampliada, incluindo hospedagem e transporte dos imigrantes para as fazendas. Todos esses subsídios propiciaram ao Estado um controle sobre as ocupações, atividades e destino dos imigrantes chegados a São Paulo. Merecendo destaque a Inspetoria de Imigração no Porto de Santos, criada pelo Decreto n.º 1 458 de 10/4/1907, que tinha por objetivos fiscalizar a imigração, instruir, informar e encaminhar os imigrantes desembarcados em Santos e que desejarem internar-se para se fixarem no Estado; confeccionar a estatística da imigração e emigração por Santos e realizar a propaganda do Estado¹.

Entre 1908 e 1921, dos imigrantes subsidiados que entraram pelo porto de Santos, 98% passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, dos não subsidiados, só

¹ Os dados relativos à imigração e re-imigração foram sistematizados pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, cujos boletins e relatórios constituem a principal fonte para os estudos no Brasil.

de 23% pode-se encontrar o registro nos livros da Hospedaria, isso quer dizer que a maioria deles atuou autonomamente.

Os defensores da política imigrantista consideravam esse meio o ideal para o abastecimento de trabalhadores nas fazendas de café. Dessa forma, a cafeicultura paulista foi efetivando seu projeto imigrantista, nesse processo percebeu-se a passagem de ações e interesses do grupo para uma política do Estado², inicialmente provincial e depois pelo governo federal. A proposta da elite agrária para a questão da mão-de-obra foi delineada como – uma política de imigração em massa, contínua³ e subvencionada pelo governo⁴.

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus⁵ e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira foi descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

No ano de 1912, aqui nosso foco preferencial, foi marcado por grande influência dos cafeicultores no contexto político nacional, conhecida pelo nome de República do Café com Leite. A presidência de Hermes da Fonseca (1910-14) caracterizou-se por certa instabilidade política, decorrente, principalmente, da crise da borracha e da queda do preço do café.

As necessidades de mão-de-obra para a cafeicultura eram bastante altas e constantes. O café exigia cuidados durante todo o ano. Como não ocorreu qualquer inovação tecnológica até 1930 quanto ao cultivo e à colheita, o fazendeiro dependeu sempre da permanência e disponibilidade de uma grande quantidade de trabalhadores. Estes não só eram empregados no cultivo e na colheita, mas também nas atividades complementares exigidas pela complexa empresa agrícola, na qual se transformou a fazenda de café. Portanto, a expansão da cafeicultura esteve sempre vinculada à necessidade de uma grande massa trabalhadora⁶.

² SALLES, 1986: 110.

³ A imigração contínua visava manter braços disponíveis frente a alta rotatividade dessa mão-de-obra, ao final dos contratos grande parte não permanecia nas propriedades, havendo uma contínua necessidade de braços.

⁴ A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes.

⁵ Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização (SALLES, 1986).

⁶ BASSANEZI, 1996: 5.

No Estado de São Paulo, governado por Albuquerque Lins e Rodrigues Alves, a industrialização apresentava-se em crescimento, fortemente associada à renda gerada pela economia cafeeira, que também influenciava o comércio de forma favorável.

A economia cafeeira, principal item da balança comercial brasileira, proporcionava às cidades paulistas um surto de urbanização, e expressivo deslocamento do campo para a cidade. O estado encontrava-se no controle do processo imigratório, fazia propaganda do país na Europa juntamente com o governo estadual paulista, que custeava as passagens dos que quisessem se estabelecer no estado.

Esse panorama produziu, na sociedade paulista do período, uma multiplicação de profissões e ocupações a que se dedicaram os imigrantes que para aqui se dirigiram. O crescimento atingiu também pequenas cidades do interior, que se urbanizaram e estabeleceram novas relações de produção e consumo⁷.

A IMIGRAÇÃO DOS PORTUGUESES

Os lusos são considerados uns dos grupos mais numerosos de imigrantes estrangeiros e também os que mantiveram fluxos constantes de ingresso no Brasil. Em 1912, aponta-se a entrada de 76 530 lusos no território brasileiro, num universo de 177 887 imigrantes. Há que se considerar, todavia, o ingresso por via ilegal, proveniente das mesmas áreas da imigração legal, ou seja, “as Ilhas Atlânticas dos Açores e as províncias setentrionais do território português continental; nestas províncias incluíam-se tanto as costeiras (Minho, Porto e Beira Litoral) como as do interior (Trás os Montes e Beira Alta)”⁸.

No que se refere ao Estado de São Paulo, registram-se a entrada de 98 640 imigrantes, dos quais 32 813 eram portugueses⁹. Ingressaram no país, pelo porto de Santos, 30 346 lusos, dos quais 16 781 passaram pela Hospedaria do Imigrante, que contabilizou 66 764 imigrantes hospedados em 1912. Observe-se, ainda, que outros portos brasileiros também receberam imigrantes lusos, tais como Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande (RS) e Paranaguá (PR).

AS LISTAS DE BORDO

A caracterização do movimento migratório tem nas Listas de Bordo uma documentação com grande potencial de estudo, visto que contempla a proveniência regional e o destino inicial daquele que migra. Acrescente-se sua poten-

⁷ ROCHA, 2007: 34.

⁸ KLEIN, 1989: 18.

⁹ SCOTT (2001) registra o ingresso de 101 947 imigrantes em 1912, dos quais 42 487 subsidiados e 59 460 espontâneos.

cialidade para a caracterização dos imigrantes, visto que contempla idade, sexo, a unidade migratória (familiar ou individual), a qualificação da mão-de-obra, o grau de alfabetização e a religião.

A Hospedaria do Imigrante reúne em seu acervo as Listas de Bordo das embarcações que aportaram no Porto de Santos relativas ao período de 1888 a 1978, que permitem conhecer a evolução das correntes imigratórias que se relacionaram aos portos paulistas. As séries completas dessa documentação, correspondem ao período em que a Inspetoria de Santos esteve subordinada à Hospedaria, relativa aos anos 1908 a 1978; ao que se refere ao registro dos retornados, encontram-se reunidos nas Listas de Bordo de Saídas de Imigrantes, que compreende o período 1900 a 1950.

Em 1912 aportaram no porto de Santos 524 navios, cujos passageiros encontram-se relacionados nas Listas de Bordo (Gráfico n.º 1). A Lista era assinada pelo comandante do navio, sendo sua responsabilidade o teor ali contemplado, quer com relação aos dados relativos à Companhia de Navegação e da Embarcação, quer ao que se refere à caracterização dos passageiros, como se pode perceber pelos campos presentes. Ao que se refere ao navio, destacam-se campos relativos ao porto de embarque, o número de ordem e a classe, reunidos no campo superior do documento; seguiam-se colunas destinadas à identificação dos passageiros, cujo teor contemplava o nome, grau de parentesco com o chefe da família, sexo, estado civil, nacionalidade, profissão, religião, instrução (relativo ao domínio da escrita), última residência (país e localidade), destino e bagagem (volumes).

As Listas de Bordo consultadas para a presente pesquisa não se encontram microfilmadas ou digitalizadas; foram disponibilizados os documentos originais, sistematizados em pastas, por ano e nome de embarcação. Os dados contidos nas listas foram de difícil compreensão em virtude de tais documentos já terem sido expostos a diferentes processos de conservação, sendo a velatura do papel o fator mais agravante, aliada a pouca nitidez da grafia manuscrita, quer pela tonalidade da tinta (decorrente do envelhecimento natural do papel), quer pelo formato da letra.

O processo de decodificação dos dados foi dificultado pela grande dimensão do documento, que complicava a sua manipulação e o acompanhamento horizontal do registro de cada passageiro nos diferentes campos, agravado pela sobreposição de elementos gráficos (riscos e garatujas) posteriores ao registro inicial. Infere-se que o risco traçado horizontalmente sobre a linha do registro destinava-se a apontar a desistência de desembarque no Porto de Santos. Ao que se refere à garatuja sobreposta ao registro, pressupõe-se a tentativa de correção ou atualização da grafia. Acrescenta-se, ainda, a presença de duplicatas, com formatos distintos, da mesma lista de bordo. Assinala-se, assim, a árdua tarefa de elaboração do banco de dados (Access) dos passageiros desembarcados no Porto de Santos em 1912, de forma a contemplar todos os campos existentes na fonte de pesquisa, acrescido do item observação. A morosidade própria à realização dessa modalidade de trabalho foi agravada por obras de

melhoramentos das instalações da Hospedaria, impedindo o acesso à documentação e a continuidade da pesquisa das listas de bordo.

Ao cotejar a Lista de Bordo com o Livro da Hospedaria observa-se que mesmo desembarcando no Porto do Rio de Janeiro o imigrante ingressa na Hospedaria, o que aponta para a possibilidade de duplicação de registros das listas de bordo do navio que tinha por destino seqüencial os portos do Rio de Janeiro e de Santos.

O transporte dos imigrantes desde o porto brasileiro até o seu destino final nas áreas produtoras de café era custeado pelo governo paulista durante o período 1890 a 1920¹⁰. Passageiros desembarcados no Rio de Janeiro podiam dirigir-se à capital paulista por trem, visto que a antiga Estrada de Ferro Central do Brasil entrara em funcionamento em 1875. Para os provenientes de outros portos brasileiros, o acesso ao porto de Santos era facultado por navios costeiros; no caso da cidade de São Paulo, chegava-se por meio da estrada de ferro, pela São Paulo Railway (inaugurada em 1867, ligava as cidades de Santos a Jundiaí, passando por São Paulo).

Salienta-se que nem todos aqueles identificados no Livro da Hospedaria encontravam-se presentes na Lista de Bordo, embora o registro do Livro contemple o nome da embarcação e o ano do desembarque, o que nos leva a questionar a validade dos registros. A título de exemplificação cotejamos a Lista de Bordo do Navio Petrópolis relativa ao mês de janeiro, que contempla 167 registros, com o Livro da Hospedaria, no qual se notam 179 imigrantes relacionados como tendo aportado no país a 3/1/1912, por meio do navio Petrópolis.

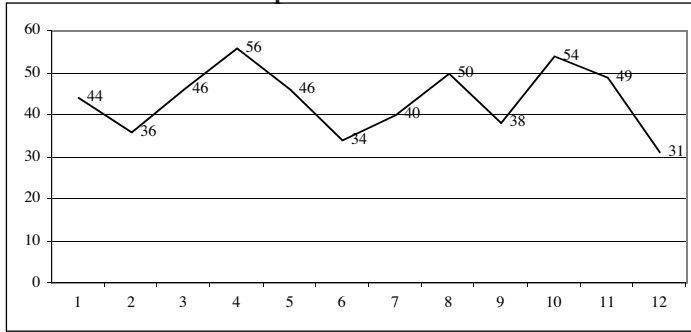
METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Visado à sistematização do conjunto das Listas de Bordo relativas ao ano de 1912 optou-se, inicialmente, pela elaboração de um banco de dados (Access), computando-se os campos presentes no cabeçalho: nome do vapor, procedência e a data da chegada.

No Gráfico n.º 1 pode-se observar o resultado dessa sistematização: o movimento de 524 vapores no porto de Santos. Ressaltam-se os meses de abril (56), outubro (54), agosto (50) e novembro (49) como os de maior movimento, nos quais se evidenciam transportando imigrantes tanto navios costeiros brasileiros quanto embarcações que percorriam os principais portos europeus.

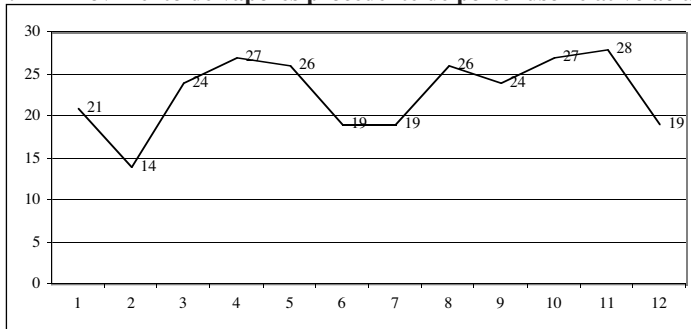
¹⁰ Moura e Paiva (2008) destacam que o custeio do transporte de imigrantes desde os portos europeus até Santos não foi permanente durante esse período, realizando-se, sobretudo, nos momentos de “falta” de mão-de-obra na lavoura cafeeira.

Gráfico n.º 1 – Movimento de vapores no Porto de Santos relativo ao ano de 1912



Ao cotejar a procedência dessas embarcações vislumbram-se 274 vapores que aportaram nos portos lusos. No Gráfico n.º 2 observa-se a distribuição de embarcações, com incremento do número de vapores nos meses de novembro (28), outubro (27), abril (27), maio (26) e agosto (26). Destaca-se o mês de fevereiro (14) como o de menor incidência e certa homogeneidade (19) nos meses de junho e julho, destacando-se maior movimentação de navios no segundo semestre (143), totalizando 16 781 portugueses transportados.

Gráfico n.º 2 – Movimento de vapores procedente de porto luso relativo ao ano de 1912



No anúncio da Mala Real Hollandeza para Portugal, Hespanha e Hollanda (Figura n.º 1), que reunia os vapores Frísia (Figura n.º 2), Zeelandia (Figura n.º 3) e Hollandia (Figura n.º 4), pode-se observar os portos onde atracavam os navios da companhia: Buenos Aires, Montevidéu, Santos, Rio de Janeiro, Lisboa, Vigo, La Coruña, Boulogne e Amsterdã.

No Gráfico n.º 3 destacam-se apenas os vapores que contemplaram mais de 600 passageiros ao longo do ano de 1912. O Frísia foi responsável pela vinda de 647 portugueses, só não aportou no litoral paulista nos meses de agosto e dezembro, durante as sete vezes que esteve em Santos, o Zeelandia transportou 1 509 lusos e o Hollandia trouxe 637 portugueses. O Armênia desembarcou uma única vez, no mês de maio, transportando 656 lusos, mas foi o Hoenstaufen que trouxe o maior volume de portugueses em uma única viagem: 969. Somam-se a esses os navios Navarra (999), Santa Lucia (941), Tucumam (846) e Avon (699).



Figura n.º 1 – Anúncio da Mala Real Hollandeza para Portugal, Hespânia e Hollanda (Gerodetti e Cornejo, 2006: 202)

Gráfico n.º 3 – Volume de lusos transportados por embarcação no ano de 1912

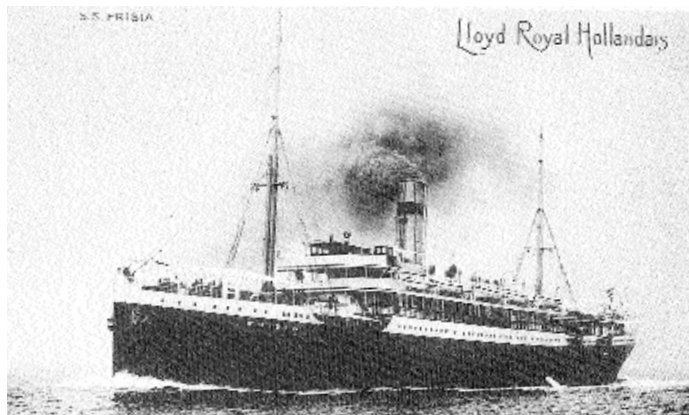
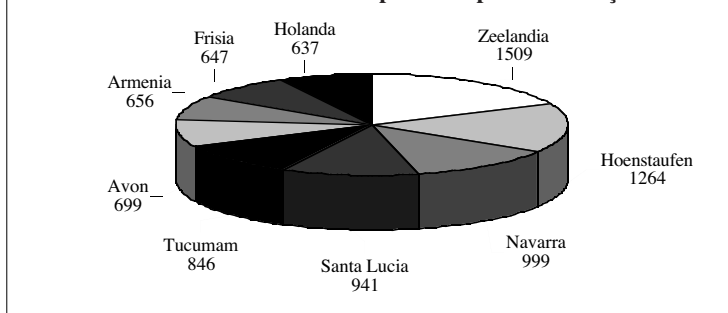


Figura n.º 2 – Vapor Frisia, da Lloyd Royal Hollandais

(Gerodetti e Cornejo, 2006: 203)

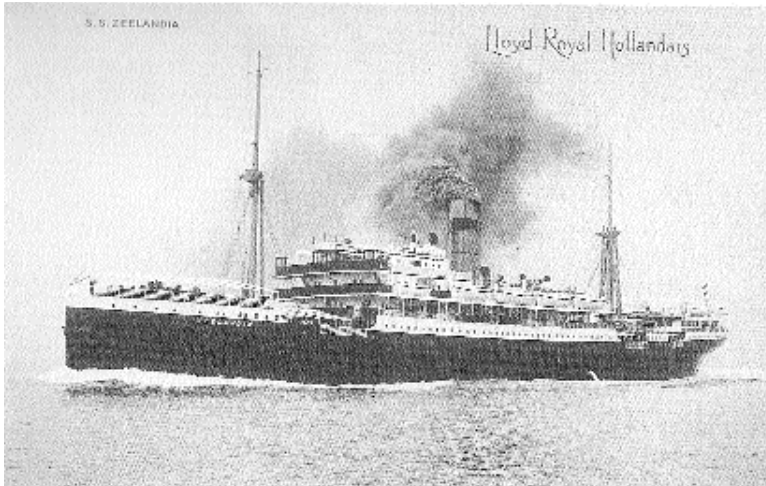


Figura n.º 3 – Vapor Zeelandia, da Lloyd Royal Hollandais

(Gerodetti e Comejo, 2006: 203)

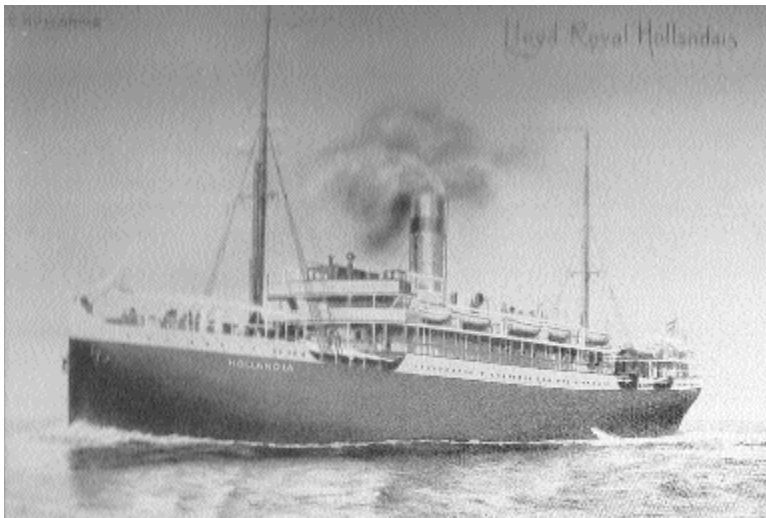


Figura n.º 4 – Vapor Holanda, da Lloyd Royal Hollandais

(Gerodetti e Comejo, 2006: 203)

Os principais portos de embarque dos lusos podem ser observados no Gráfico n.º 4. Lisboa concentra 54% dos registros declarados, enquanto o porto de Leixões reúne 37%; os demais reuniram cerca de 2% das declarações. Desembarcados principalmente no porto de Santos (74%) e Rio de Janeiro (21%), cerca de 5% omitiram a informação acerca da localidade como pode se observar no Gráfico n.º 5.

Gráfico n.º 4 – Porto de embarque no ano de 1912

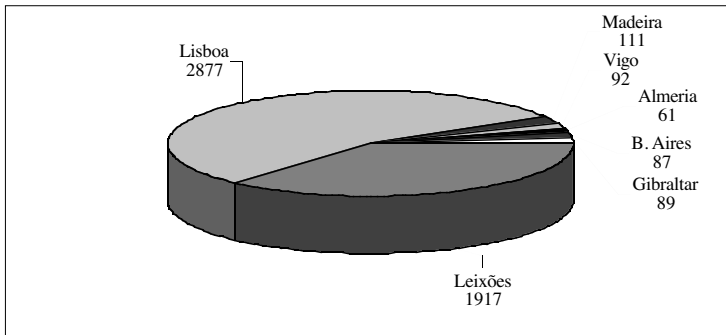
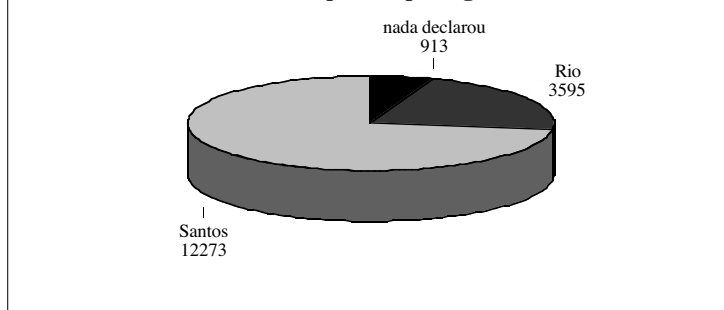


Gráfico n.º 5 – Porto de desembarque dos portugueses no Brasil no ano de 1912



A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DE SÃO PAULO

A construção da nova Hospedaria de São Paulo foi iniciada em 1886 e já em 1887, ainda em obras, recebeu os primeiros imigrantes. Pronta em 1888, a Hospedaria tinha a capacidade para 4 000 pessoas, tornando o prédio ponto central do programa de imigração paulista, nos seus dez primeiros anos de funcionamento foi coordenada pela Sociedade Promotora da Imigração. Em certos momentos chegou a abrigar cerca de 10 000, tornando suas condições de alimentação e higiene precárias.

O prédio era uma construção ampla, ocupando quase um quarteirão, possuía um desvio ferroviário com plataforma própria para a chegada dos trens¹¹. Num andar térreo localizavam-se os escritórios, casa de câmbio, setor médico, cozinhas, refeitórios e estoques.

No andar superior localizavam-se os dormitórios. Numa construção à parte no próprio terreno encontrava-se instalada o setor aonde os imigrantes se encontravam com os cafeicultores para estabelecer o contrato. Assinado o contrato o imigrante tomava um trem para o interior. Havia controle de vigias nos

¹¹ Os hóspedes podem ser agrupados em três grandes categorias: recém-chegados subsidiados e não subsidiados, estrangeiros e nacionais que vinham de outros estados.

prédios dia e noite, buscava-se evitar roubos, mas também os aliciadores que poderiam desviar os braços ou iludir os recém chegados.

De 1892 a 1905, a Hospedaria esteve vinculada à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando para a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração em 1905-11, que em 1906, reformou as instalações, buscando melhorias nas áreas sanitárias, cozinha, refeitórios e dormitórios, também os contratos foram reajustados para evitar fraudes e abusos.

A partir de 1911, a instituição esteve sob a gerência do Departamento Estadual do Trabalho, retornando para o Serviço de Imigração e Colonização, em 1939. Recebeu o último grupo de imigrantes, em 1978. Calcula-se que chegou a hospedar 3,5 milhões de pessoa, de mais de 70 nacionalidades. “elas foram os locais para a expedição ou aferição de documentos, o controle médico-sanitário, o registro e encaminhamento para o local de destino [...] cumpriram um importante papel nas políticas migratórias oficiais. [Foram] criadas num contexto cuja necessidade de coordenação dos fluxos migratórios pelo Estado era fundamental”¹².

OS LIVROS DE REGISTRO DE IMIGRANTES

No acervo do Memorial do Imigrante de São Paulo destacam-se os 109 Livros de Registro de Imigrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro¹³ e Hospedaria do Brás, relativos ao período 1882 a 1930, destinados a registrar a recepção de aproximadamente dois milhões e 500 mil imigrantes que vieram com passagens subsidiadas pelo governo, espontâneos, com ou sem contrato, além de conter anotações sobre o cotidiano da hospedaria.

Esses livros têm no seu conteúdo as seguintes informações: número de ordem, nome, idade/filiação, nacionalidade, sexo, estado civil, família e número de membros, profissões, instrução, religião, parentesco, última residência, porto de embarque/vapor/data da saída, porto de desembarque/vapor/data da chegada, data da entrada na hospedaria, se já esteve no Brasil, volumes de bagagens, destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados), repatriados/rejeitados, falecidos e outras observações. Tais informações foram reunidas em um banco de dados (Access), que permitiu a sistematização de conteúdos expressas nos gráficos contemplados nesse artigo.

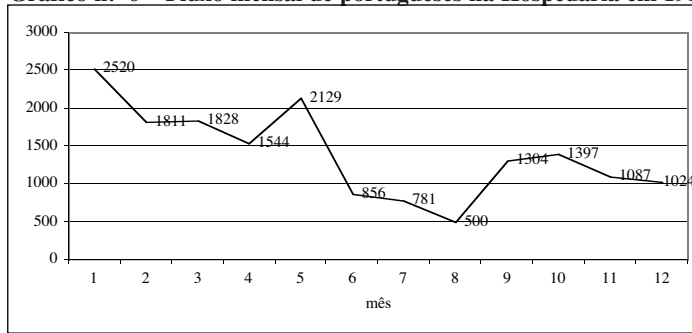
Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, alguns vieram diretamente para a cidade de São Paulo e outros (subsidiados ou não) após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas. Grande parte da entrada desses portugueses poderá ser localizada na documentação disponível nos arquivos do Memorial do Imigrante.

¹² MOURA; PAIVA, 2008: 13.

¹³ Construída com recursos do Governo Provincial de São Paulo, a edificação da Hospedaria do Bom Retiro localizava-se na rua Areal (antiga rua dos Imigrantes), funcionou durante o período de 1870 a 1887, com capacidade para cerca de 500 pessoas (MOURA; PAIVA, 2008: 13).

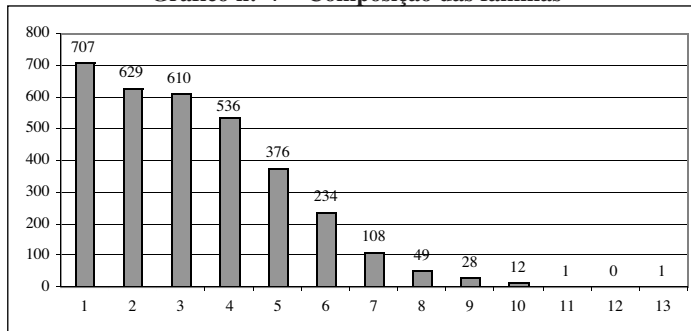
Ao que se refere ao ano de 1912 registraram-se a presença de 16 781 portugueses, concentrados, principalmente, no primeiro semestre. Nos meses de janeiro (2 520) e maio (2 129) notavam-se os maiores fluxos, enquanto os meses de julho (780) e agosto (500) revelaram-se os de menor incidência.

Gráfico n.º 6 – Fluxo mensal de portugueses na Hospedaria em 1912



A composição familiar pode ser visualizada no Gráfico n.º 7, do qual se excluiu os que se encaminharam à Hospedaria sozinhos, também denominados avulsos (2723). Predominaram famílias de dois membros e certo equilíbrio nas compostas de três (629) a quatro membros (610), observam-se, ainda famílias extensas, de dez (28) e onze (12) integrantes, nas quais se sobressaem as sogras (40), mães (18), tias (2), sobrinhos (43) e primos (31). Esse cenário expresso acompanha a política definida pelo projeto imigrantista, que privilegiava a imigração de famílias para a lavoura cafeeira.

Gráfico n.º 7 – Composição das famílias

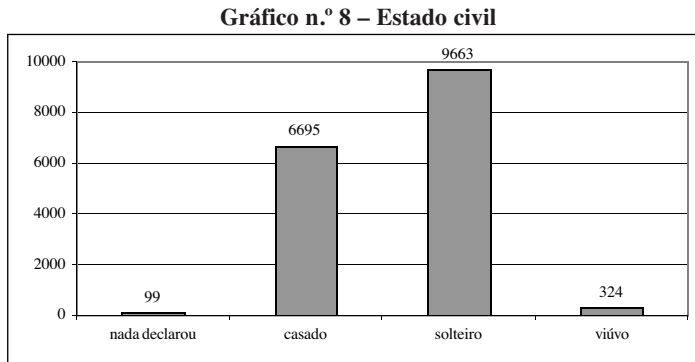


A imigração de famílias constituiu uma estratégia para estimular a fixação do imigrante, de forma a “desprendê-lo de laços de origem”, garantindo, assim, a mão-de-obra suficiente para a lavoura cafeeira¹⁴. Destaca-se, todavia, a prá-

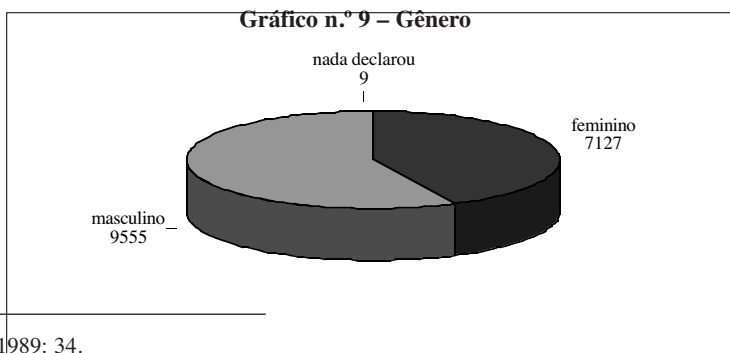
¹⁴ ROCHA, 2007: 41.

tica de imigração livre de famílias cujo destino eram as cidades e os mercados de trabalhos urbanos.

Uma das principais características dos imigrantes refere-se ao estado civil, conhecido por meio da análise do Gráfico n.º 8. Revela-se a predominância de solteiros (9 663), o que deve ser cotejado ao perfil etário dessa amostra, que expressa grande incidência de jovens e crianças (conforme Gráfico n.º 10). Os casados totalizam 40% do grupo, observando-se que essa declaração independe da vinda de sua família, enquanto os viúvos equivalem a 2%, num cenário conformado por 57% de homens (Gráfico n.º 9).



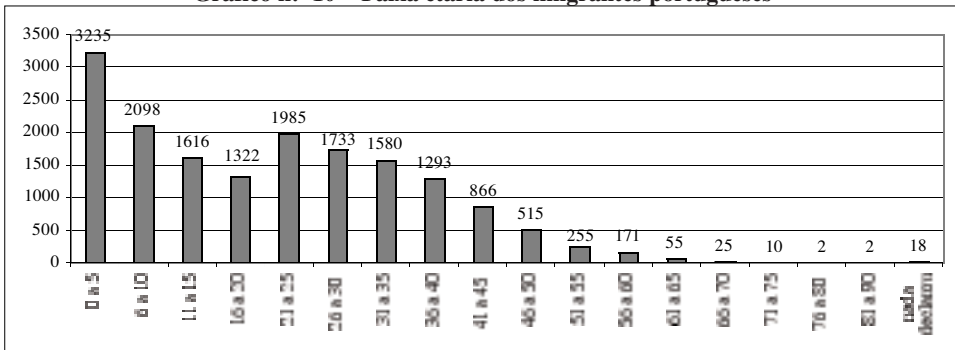
A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente e em 1912 correspondeu a 7217 mulheres (43%). Verifica-se um aumento no número de mulheres casadas (2649) e mulheres desacompanhadas (247 – solteiras, casadas e viúvas), ampliando a emigração familiar de acordo com a política imigrantista paulista. Assim, a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornou-se tendencialmente familiar e permanente. Argumento que é reforçado por Klein¹⁵ ao afirmar que no “Registro do Movimento de Imigrantes na Ilha das Flores”, os imigrantes lusos “eram agricultores que haviam recebido subsídios para a viagem, quase todos em grupos familiares e com uma distribuição por sexos muito equilibrada”.



¹⁵ KLEIN, 1989: 34.

Apresentando maioria esmagadora de católicos, estima-se que os 8124 jovens e adultos encontravam-se aptos ao trabalho (15 a 40 anos), enquanto entre as crianças (6738) observam-se 680 bebês, dos quais três nascidos a bordo; 4653 entre 1 e 10 anos, e 1 405 entre 11 a 14 anos. O Gráfico n.º 10 permite visualizar a presença de 130 idosos cujas idades variam de 60 a 88 anos.

Gráfico n.º 10 – Faixa etária dos imigrantes portugueses



Quanto às crianças, o trabalho infantil era utilizado desde cedo em Portugal, tanto no campo, como nos lares e nas oficinas, era necessário para manutenção da família, fator de formação e ocupação profissional, condição indispensável para o desenvolvimento físico e moral. A criança era compreendida como uma criatura amoldável, devendo ser submetida a um conjunto de normas de comportamento e hierarquias, identificado como uma forma de educação, estas práticas contavam com o respaldo de pais, irmãos e parentes.

Alguns meninos e jovens migravam porque ficavam órfãos, já outros acompanhando a família, ou para fugir do serviço militar, alguns envolvidos pelos agenciadores de crianças. Para os imigrantes o trabalho era considerado importante para enfrentar as adversidades no “país de acolhimento”, desde pequenos as crianças eram iniciadas na rotina do trabalho: vendiam jornais, entregavam mercadorias, recados, cartas, eram engraxates, auxiliares em serviços domésticos, lojas e armazéns.

A necessidade de as crianças desde cedo se engajarem no trabalho, quer seja nas fábricas, oficinas e nas ruas, além de ser fruto das necessidades dos imigrantes pobres, também era vista como possibilidade da obtenção de um ofício que lhes garantisse um futuro mais promissor.

Os caixeirinhos e aprendizes trabalhavam em troca de casa e comida, numa rotina que incluía limpeza da loja e/ou oficina e da calçada, atendimento dos fregueses nos balcões, estoques, carregar e entregar mercadorias. Buscando formar trabalhadores produtivos, obedientes e dóceis, patrões e mestres impunham práticas austeras, medidas destinadas a inculcar nas crianças hábitos de trabalho, hierarquias, disciplina que incluíam castigos físicos, punições. Assim,

as condições de trabalho e de vida durante o aprendizado compreendiam a prática do castigo físico, outras práticas vexatórias e punições aviltantes e violentas, dormir debaixo dos balcões ou no ladrilho da cozinha, tornando as fugas freqüentes. Nos processos crimes e nos jornais liam-se notícias como a do menor Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade que foi se queixar ao delegado de polícia por ter sido espancado pelo seu “amo” José Rodrigues Tavares, também português.

Em geral, esses jovens trabalhadores permaneciam nos domicílios e negócios desses parentes, arcando com os afazeres muitas vezes sem nada receber, outras vezes parcamente remunerados ou submetendo-se a pagamentos incertos. Solidariedade e paternalismo não eram apenas formas de exploração, mas também estratégias de sobrevivência e de lidar com os recursos possíveis em certas ocasiões.

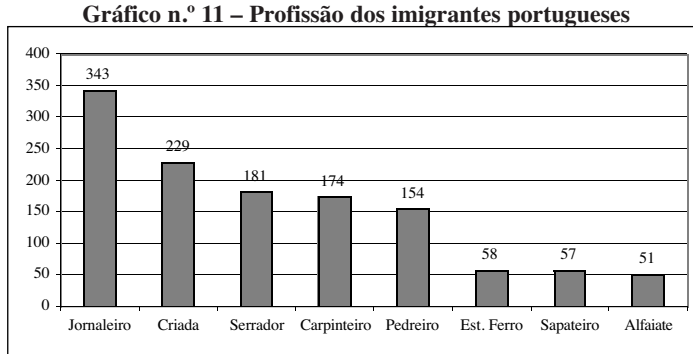


Figura n.º 5 – Passaporte

(Acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo).

Desconsiderando-se os que declararam o ofício como agricultor (4 324), o que era uma das premissas para o subsídio ao transporte e estada na Hospedaria, bem como aqueles que nada declararam (10 792) no qual se deve conside-

rar a presença de 6 738 crianças de até 14 anos¹⁶, reuniram-se os ofícios com mais de 50 repetições no Gráfico n.º 11, dos quais se destacam a ocupação como jornaleiro (343), criada (229), serrador (181), carpinteiro (174), pedreiro (154), estrada de ferro (58), sapateiro (57) e alfaiate (51).



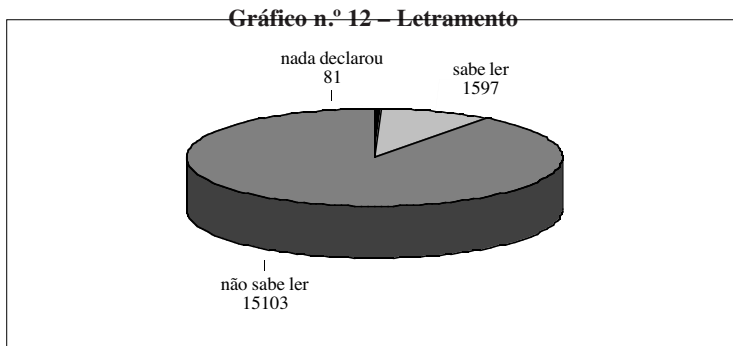
A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de trabalho que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava. Gradativamente, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra – uma política imigrante em massa, contínua e subvencionada pelo governo. Da mesma forma que em outras cidades, deve-se destacar que apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, eles procuraram evitar o trabalho no campo e tenderam a se concentrar nas cidades, tendo em São Paulo um pólo de atração. Alguns vieram diretamente para a cidade, talvez previamente informados sobre as condições de trabalho na zona rural, e outros após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas de ganho, novas oportunidades abertas pelo intenso florescimento da Capital.

Na “sociedade de acolhimento” os portugueses procuraram possibilidades de arranjar emprego nas atividades urbanas fabris, setor de serviços, obras públicas e particulares e também em ocupações informais. Enfrentando as dificuldades do cotidiano em São Paulo que, apesar do intenso crescimento, tinha uma significativa concentração de trabalhadores – homens e mulheres pobres, imigrantes e nacionais, brancos e negros – que excedia largamente as necessidades do mercado, aviltava os salários, criando formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego e emprego flutuante e ampliando uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, às custas de improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos, desenvolvendo experiências cumulativas de improvisação.

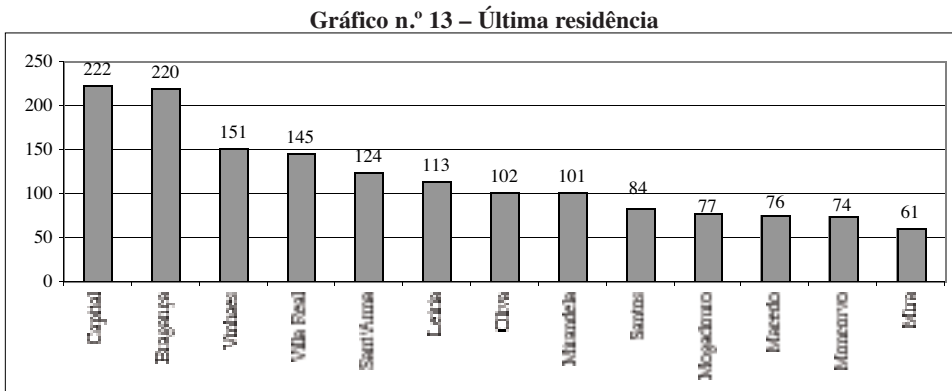
¹⁶ Segundo Klein (1989: 24) até 1955 eram consideradas crianças em Portugal as pessoas menores de 14 anos.

Falar da imigração portuguesa significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mistificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social no além-mar. Nesse espaço significava, ainda, privilegiar dois atores principais do drama cotidiano: negociante e o caixeiro, figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização. À medida que expandiu a malha urbana, o comércio português a varejo acompanhou esse crescimento tornando o português da esquina referência obrigatória.

O comércio constitui-se como um campo de possibilidades para os imigrantes portugueses, com histórias de sucesso, mas também histórias de fracasso, desventuras. Os caixeiros e caixeirinhos eram parcamente remunerados se submetiam a pagamentos incertos, em muitos casos, recebendo somente roupa, alimentação e morando debaixo do mesmo teto do patrão, muitas vezes embaixo dos balcões e em cima dos sacos.



Ao que se refere ao grau de instrução, observa-se um baixo índice de letramento. O valor expresso no Gráfico n.º 12 deve ser relativizado ao considerarmos os dados absolutos dos não letrados, visto que contempla a existência de 4133 crianças entre 0 e 7 anos que devem ser excluídas dessa amostra, o que resulta em 10 970 lusos que não sabem ler.



O Gráfico n.º 13 contempla apenas os registros que apontam mais de 50 repetições. Nele se observa a presença de localidades brasileiras, ao que se infere um reposicionamento no território brasileiro. O domínio do idioma conferia uma maior autonomia na condução de seu destino, sendo que o engajamento como agricultor na fazenda de café não consistia a única alternativa, não havendo a necessidade de se submeter aos “canais normais de recepção e encaminhamento destinado aos imigrantes estrangeiros, como por exemplo, a Hospedaria do Imigrante”. A performance do luso era alimentada pela manutenção de uma “rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles, instalavam-se em áreas urbanas onde se dedicavam, principalmente, ao comércio”¹⁷.

Desconsiderando-se que 63% não registraram o destino (10 986), observa-se que entre os declarados predomina a preferência pela capital (2 347). O Quadro n.º 1 contempla as localidades com mais de 50 ocorrências, destacando-se a presença de regiões produtoras de café localizados no Novo Oeste Paulista, bem como a cidade de Santos, que já reunia expressiva comunidade lusa.

Quadro n.º 1 – Destino declarado

Localidade	Total
Araraquara	154
Avaré	56
Bauru	103
Bebedouro	58
Botucatu	70
Campinas	64
Cravinhos	103
Jaboticabal	174
Jahu	74
Jardinópolis	63
Monte Alto	82
Orlândia	91
Pitangueira	79
Ribeirão Preto	221
Santa Cruz do Rio Pardo	59
Santos	84
São Carlos	67
São Simão	107
Sertãozinho	63

Registrou-se apenas 62% da situação final dos portugueses que ingressaram na Hospedaria: 9009 foram aceitos, 1445 foram rejeitados e dois reencaaminhados ao destino inicial. Destacam-se casos de permanência na Hospedaria para a realização de tratamento de saúde no Hospital de Isolamento da Capital (119), o deslocamento de cidade, a repatriação, o retorno para a busca de bagagem extraviada, etc.

¹⁷ SCOTT, 2001: 3.

Gráfico n.º 14 – Resultado da avaliação, indicando a situação do imigrante no Brasil



A documentação reúne ainda informações sobre o motivo particular de seu ingresso tais como reunir-se aos familiares (117) já presentes no país: veio juntar-se ao pai (13), marido (34), irmão (9) etc., bem como as redes de relacionamentos, ao que se infere, aos portadores de endereços na capital (428).

Revela a situação dos indocumentados (104), tal como a do agricultor Adriano Antonio Espírito Santo, que ingressou no Brasil no dia 3/10/1912, no vapor Thespis, de 34 anos, casado, procedente de Murção, que não dispunha de passaporte. Destacam-se também os sem bilhete (115), os que não pagaram a passagem (2), os que vieram por conta própria (2), os que não fizeram depósito (34) e os que dispunham de carta de chamada (122).

O deslocamento para outros Estados (Rio de Janeiro – 29, Minas Gerais – 13, Rio Grande do Sul – 1), bem como o movimento inverso, de ingresso no Estado de São Paulo (provenientes do Rio Grande do Sul – 5, Rio de Janeiro – 38, Minas Gerais – 13 e Paraná – 1), pode ser conhecido na documentação, o que permite vislumbrar a migração interna existente. Cabe destacar a circulação dos imigrantes, que iam “de zonas mais velhas, estagnadas, para a fronteira em expansão, e abandonavam as fazendas para se tornar trabalhadores independentes, morar nas cidades, ou retornar à sua terra natal”¹⁸.

A restrição pessoal é contemplada no campo observação, mediante a identificação de sua natureza, tal como a do surdo-mudo e do cego. Nesse campo também se encontra contemplado o encaminhamento ao hospital isolamento (1), ao hospital dos inválidos (1) e a nota do falecimento do único registro localizado.

A condição de ingresso foi declarada por 396 lusos que afirmaram vir por conta do decreto n.º 1802 de 15 de dezembro de 1909, no regime do decreto n.º 1458 de 10 de abril de 1907; indicaram-se também o decreto n.º 1255 de 17 de dezembro de 1904 e no regimen do decreto n.º 823 de 20 de setembro de 1900 (1) e o aviso 811 de 20 de junho de 1910 (2).

¹⁸ HOLLOWAY, 1984: 107.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos presentes nos arquivos da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo se constituem numa diversidade de fontes com grande potencial, o exercício de cruzá-las continuamente torna-se um desafio de captar os sinais que delas se emitem e de estabelecer com elas uma relação dialógica. Preservar estes documentos, organizar seus dados, examiná-los e interpretá-los, travando um diálogo, formulando hipóteses e problematizações tornam-se primordiais, na expectativa de recuperar as experiências passadas dos sujeitos sociais envolvidos nas tramas que delineiam estas histórias.

Focalizar a imigração portuguesa leva ao desafio de observar toda a complexidade de situações vivenciadas: os deslocamentos, os diferentes projetos familiares e as estratégias para concretizá-los, envolvendo escolhas, reorientações, conflitos familiares, geracionais, de gênero, provocando exploração, rompimentos, tensões, mas também solidariedades, laços de conterraneidade e afetividades.

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas. Assim, este é um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas, alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram ao início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram durante o governo de Salazar.

BIBLIOGRAFIA

- BASSANEZI, Maria Silvia, 1996 – “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”, in PATARRA, Neide Lopes (coord.) – *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP.
- GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos, 2006 – *Navios e Portos do Brasil*. São Paulo: Solaris.
- HOLLOWAY, Thomas, 1984 – *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KLEIN, Herbert S., 1989 – “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no final do século XIX e no século XX”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 4, n.º 2, p. 17-37.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, 1974 – “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8, p. 49-90.
- ROCHA, Ilana Peliciari, 2007 – *Imigração internacional em São Paulo: retorno e imigração*. São Paulo: Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado em História)
- SALLES, Iraci G., 1986 – *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec.
- SCOTT, Ana Silvia, 2001 – “As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)”. *Congresso de História Econômica*, Zaragoza.

